



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

PARECER n. 40/2026- ATJL

PREGÃO ELETRÔNICO N. 07/2026 - CIA n. 0076632-16.2025.8.11.0000

ASSUNTO: Análise do Pregão Eletrônico n. 07/2026, que objetiva a contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos de produção de imagem e áudio (câmeras, lentes, microfones, estabilizadores, baterias e cartões de memória), equipamentos de proteção e armamento (fones eletrônicos, algemas e kits de limpeza de armas), acessórios de transporte e armazenamento (cases) e itens de organização e sinalização (pedestais, cones, barreiras e balizadores), por meio do Sistema de Registro de Preços, destinados à Coordenadoria Militar do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Excelentíssimo Senhor Desembargador-Presidente

I – RELATÓRIO

Trata-se da análise do Pregão Eletrônico n. 07/2026, que objetiva a contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos de produção de imagem e áudio (câmeras, lentes, microfones, estabilizadores, baterias e cartões de memória), equipamentos de proteção e armamento (fones eletrônicos, algemas e kits de limpeza de armas), acessórios de transporte e armazenamento (cases) e itens de organização e sinalização (pedestais, cones, barreiras e balizadores), por meio do Sistema de Registro de Preços, destinados à Coordenadoria Militar do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

A área demandante, Coordenadoria Militar do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, protocolou o Formulário de Requisição do Demandante, solicitando a realização da licitação, bem como, juntou o Estudo Técnico Preliminar, o



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Termo de Referência n. 11/2025, os Anexos A, C e I, do TR, os Documentos de Formalização de Demanda e as pesquisas de preços (andamentos n. 01 a 26).

A Coordenadoria de Planejamento encaminhou a Informação Orçamentária n. 444/2025, constatando a previsão da despesa no PTA 2025, contudo, observou que por se tratar de registro de preço quando da sua utilização será emitida nova Informação Orçamentária conforme sua utilização (andamento n. 29).

V. Excelência determinou a complementação das informações sobre a contratação (andamento n. 37), que foi devidamente atendido por meio do Ofício n. 183/CMTJMT/2025 (andamento n. 43).

Posteriormente, foi autorizado o prosseguimento do feito (andamento n. 49) e, assim, foi autuado o processo e juntada a Certidão de Similaridade (andamento n. 03).

Foram juntados, ainda, orçamentos do item 2, do Lote 4 e itens 3 e 1, ambos do Lote 1 (andamentos n. 10, 11 e 14).

Assim, foi elaborada a Planilha de Despesa, conforme Certidão (andamentos 15 e 16).

A Minuta do Edital do Pregão Eletrônico n. 7/2026 foi confeccionada para ser analisada e aprovada (andamento n. 31).

Por fim, foram atualizados os valores referentes à pesquisa de preços, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e os Anexos B e C (andamento n. 38).

É o relatório.

II – ANÁLISE JURÍDICA

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021, razão pela qual não abarca aspectos de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade, salvo apontamentos que decorram de elementos de conexão com questões jurídicas, consoante posicionamento



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

da Advocacia Geral da União, (Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas) e Acórdão n. 1492/2021, Plenário, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Sem embargo, observações sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade máxima deste órgão, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

A Coordenadoria Militar do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso explicou a necessidade do registro de preços dos materiais permanentes e de consumo essenciais ao funcionamento do setor, pois auxiliarão nas atividades de supervisão operacional das unidades de segurança; guarda, controle, registro e manutenção do armamento institucional; e, produção e disseminação de informações de segurança.

Ademais, nas informações complementares, a área reforçou a necessidade da contratada, ao argumento de que os equipamentos de produção de imagem e áudio substituirão os pessoais dos policiais militares, impedindo a padronização, qualidade técnica e confiabilidade dos registros. Aduziu que os equipamentos de proteção e armamento são essenciais para a realização dos treinamentos de tiros aos magistrados e policiais militares desta Administração. Para o armazenamento e transporte seguro de armas recolhidas no Estado e, posteriormente, encaminhadas ao Exército Brasileiro para destruição é necessário o compra de case baú.

A área também explicou a importância da aquisição de pedestais organizadores de fila, cones, barreiras e balizadores, para organização de eventos e ações institucionais.

Sendo assim, a ausência desses materiais poderá acarretar descontinuidade operacional, inviabilidade parcial ou total das atividades institucionais e falhas no exercício das funções da Coordenadoria Militar.

Registradas as intenções e justificativas para este processo licitatório, passa-se a análise dos requisitos legais para viabilidade da contratação.

- Do planejamento da contratação:



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Estudo Técnico Preliminar

A Lei nº 14.133/2021 estabeleceu que fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do *caput* do art. 12 e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no *caput* do art. 18.

Dentre os elementos da aludida fase preparatória, destaca-se a necessidade da elaboração de um Estudo Técnico Preliminar, *in verbis*:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

(...)

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

O artigo 6º, inciso III, da IN/ME 58, de 12/08/2022 dispõe que, com base no plano de contratações anual, deverão ser registrados no ETP Digital o levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo: (a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos ou entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração; (b) ser realizada audiência ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições; (c) em caso de possibilidade de compra ou de locação de bens, a serem avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, e; (d) serem consideradas outras opções menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permuta.

In casu, a área requisitante elaborou o ETP (andamento n. 36) e de acordo com disposto no parágrafo 2º do artigo 18 da lei em destaque, atendeu os elementos mínimos elencados nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII.

Termo de Referência

O Termo de Referência, segundo definição do inciso XXIII do artigo 6º da Lei 14.133/21, regulamentado pelo art. 28 da IN/SEGES nº 05/2017, será elaborado com base nos estudos preliminares e no gerenciamento de riscos, informando, em linhas gerais: (a) descrição do objeto/da solução como um todo, (b) fundamento jurídico para contratação direta, se for o caso, (c) requisitos da contratação, (d) modelo de execução do objeto, (e) modelo de gestão do contrato, (f) critérios de medição e



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

pagamento, (g) forma e critérios de seleção do fornecedor, (h) estimativas detalhadas de preços e (i) previsão orçamentária.

Dito isso, segue alguns apontamentos com relação ao Termo de Referência elaborado pela Coordenadoria Militar do PJMT:

a) Objeto contratual: O objeto do procedimento licitatório se enquadra na definição de bem comum, conforme estabelece o artigo 6º, inciso XIII e artigo 18, inciso II, ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, e está bem definido no Termo de Referência n. 11/2025-CMTJMT, que detalhou todos os itens que se pretende a contratação futura, cujas especificações estão no Anexo A (andamento n. 9, do expediente).

b) Planejamento Estratégico e Plano de Contratações Anual: A fase preparatória da licitação é caracterizada pelo planejamento e deve ser compatível com o plano anual de contratações e leis orçamentárias, de modo a manter a eficiência e a racionalização dos atos administrativos.

No caso, a Informação Orçamentária 444/2025 da COPLAN, juntada ao andamento n. 29 e datada em 19 de novembro de 2025, atesta que a contratação está planejada no PTA 2025 e, por se tratar de registro de preço será emitida nova Informação Orçamentária, conforme sua utilização.

c) Modalidade Licitatória: A contratação pretendida foi tratada como natureza comum a atrair a modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do inciso XIII do artigo 6º da Lei n. 14.133/21 e artigo 80, §1º, do Decreto Estadual n. 1.525/2022, portanto, trata-se de modalidade adequada para a contratação de bens e serviços comuns que tenham condições de predefinir os padrões de desempenho e qualidade, com características usuais no mercado.

Ademais, a área optou pela utilização do instrumento do Registro de Preços, nos termos do artigo 82, da LCC e artigo 3º do Decreto n. 11.462/2023, que preveem as hipóteses para a adoção do Sistema de Registro de Preços:



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;

II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;

III - a possibilidade de prever preços diferentes: (...)

I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado;

II - seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;

III - desenvolvimento obrigatório de rotina de controle;

IV - atualização periódica dos preços registrados;

V - definição do período de validade do registro de preços;

VI - inclusão, em ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.

Art. 3º. O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Nessa toada, a área justificou a adoção do Sistema de Registro de Preços sob os seguintes argumentos constantes no item 10 do Termo de Referência:

10.1. A contratação por Sistema de Registro de Preços (SRP) é a forma mais adequada para aquisição de equipamentos de produção de imagem e áudio (câmeras, lentes, microfones, estabilizadores, baterias e cartões de memória), equipamentos de proteção e armamento (fones eletrônicos, algemas e kits de limpeza de armas), acessórios de transporte e armazenamento (cases), e itens de organização e sinalização (pedestais, cones, barreiras e balizadores),



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

tendo em vista as características da demanda e os benefícios operacionais e econômicos desse modelo.

10.2. Conforme sugerido pelas áreas demandantes no Documento de Formalização de Demanda – DFD **os equipamentos serão utilizados para suprir as necessidades, com entregas realizadas conforme necessidade, diante disso, o SRP permite aquisições parceladas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e a demanda real das unidades.**

10.3. A contratação visa atender as demandas da Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. O SRP permite uma gestão centralizada e eficiente para esse tipo de aquisição descentralizada.

10.3.1. O SRP evita múltiplas licitações para o mesmo objeto, reduz custos operacionais, facilita a gestão da aquisição e possibilita melhores condições comerciais devido à previsão de compras em escala.

Diante das premissas legais, entende-se adequada da utilização do Sistema de Registro de Preços, em que os empenhos dependerão não só da necessidade, mas sobretudo da disponibilidade financeira da Administração.

d) Licitação exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP): O inciso I do artigo 48 da Lei n.123/2006 dispõe que “Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);”. *In casu, o Anexo B*, anexada no andamento n. 38, verifica-se que nos Lotes I ao VII, o valor máximo estimado não ultrapassa o limite R\$80.000,00 (oitenta mil reais), portanto, de acordo com as normas do artigo 48 da Lei Complementar n. 123/2006.

e) Forma eletrônica: As licitações devem ser realizadas, preferencialmente, sob a forma eletrônica, sendo a forma presencial medida excepcional, conforme inteligência do art. 17, §2º, da Lei n.º 14.133/2021. Neste caso, a licitação será realizada sob a forma eletrônica, conforme consta no item 11, do TR.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

f) Critério de julgamento das propostas: O critério de julgamento eleito pelo instrumento convocatório foi o de menor preço, conforme com a disposição contida no preâmbulo do Edital, e encontra assento no art. 33, inciso I, da Lei n.º 14.133/21, pois considerará o menor dispêndio para a administração pública, desde que atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no instrumento convocatório.

Cabe ressaltar que os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, segundo art. 34, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

g) Modo de disputa: Os modos de disputa aplicáveis às licitações são: aberto e fechado e podem ser utilizados de forma isolada ou conjunta (art. 56 da Lei n.º 14.133/2021). No caso em tela, o critério de julgamento foi o de menor preço por item e o modo de disputa adotado foi **aberto e fechado**, cuja previsão se encontra no preâmbulo do Edital, o que significa que está conforme as disposições legais.

h) Regime de execução: A execução indireta consiste na forma pela qual a Administração Pública contrata com terceiros a realização de obra, serviço ou fornecimento. A execução direta, por sua vez, é feita pelos órgãos e entidades da Administração, por seus próprios meios. No caso dos autos, a execução será por meio de empreitada por preço unitário, nos termos do preâmbulo da minuta do Edital.

i) Valor estimado da licitação: O item 10.5, do Termo de Referência, consigna que o montante total previsto para o sistema de registro de preços é no importe de R\$285.699,37 (duzentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e noventa e



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

nove reais e trinta e sete centavos), pela vigência contratual será de 1 (um) ano, prorrogáveis por igual período, com fundamento no artigo 84, da Lei n. 14.133/2021.

- No tocante à pesquisa de preço, trata-se de requisito indispensável para a contratação pública, conforme artigo 23 da Lei 14.133/2021, devendo ser seguidos os seguintes parâmetros, de forma combinada ou não: (i) composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no PNCP; (ii) contratações similares feitas pela Administração, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização correspondente; (iii) dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso; (iv) pesquisa direta com, no mínimo, 03 (três) fornecedores, desde que seja justificada a escolha desses fornecedores e os orçamentos não sejam de 06 (seis) meses anteriores à divulgação do edital e (v) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas.

Os critérios e parâmetros de análise devem ser os próprios preços encontrados na pesquisa, que no presente caso, a formação do preço estimado foi formada com preços públicos e valores extraídos da *internet*.

A Sra. Chefe de Divisão de Compras, certificou a elaboração da Planilha de Despesas, a partir dos orçamentos, no entanto, observou que há disparidade entre os valores.

Todavia, foi aperfeiçoada a pesquisa de preços e readequada a quantidade de materiais estimados, motivo pelo qual o Termo de Referência e seus anexos foram atualizados.

Nesse passo, o valor estimado para cada um dos itens é resultado da pesquisa de preços, predominante, públicos, exceto o item 2, do Lote 4, no qual se observou que “Ressalte-se que o Item 02 é composto exclusivamente por cotações provenientes de fornecedores privados, inexistindo preços públicos ou referenciais oficiais. Diante disso, e em observância aos princípios da economicidade e



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

da busca pela proposta mais vantajosa à Administração, adotou-se como valor de referência o menor preço obtido na pesquisa de mercado”. Além disso, juntou-se cópias das tentativas de pesquisas em sítios eletrônicos públicos.

A metodologia utilizada para obtenção da média dos valores, considerou as diretrizes do artigo 6º, da Instrução Normativa n. 65/2021, que assim propaga:

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Com base no tratamento de que trata o **caput**, o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.

§ 3º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 4º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 5º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 6º Quando o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 5º, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados.

Observa-se que no item 2, do Lote 4, apesar da justificativa da adoção do “menor preço obtido na pesquisa de mercado”, o cálculo final considerou a média de todos os preços, razão pela qual, sugere-se o seguinte ajuste.

I) Qualificação fiscal e trabalhista: O artigo 42, da LC 123/2006, prevê que a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte será exigida somente na assinatura do contrato.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Já o artigo 43, do mesmo diploma, determina que as microempresas e empresas de pequeno porte ao participarem da licitação deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que contenha alguma restrição. Nesse caso, será assegurado o prazo de cinco dias úteis para a regularização, nos termos §1º, daquele artigo.

Assim, orienta-se a exclusão do item 11.5.1.6, em razão da dispensa para apresentação do documento contido no item 11.5.1.9.

Recomenda-se, também, a adequação da redação do item 11.5.2, para a letra da norma contida no artigo 42 e acrescentar a previsão dos §§1º e 2º do artigo 43 da Lei Complementar n. 123/2026.

m) Qualificação técnica: A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação, conforme o §1º do artigo 67 da Lei n. 14.133/2021.

Nessa quadra, deverá o item 11.7.2, do TR, prever o percentual/quantidade mínima do total do lote, em consonância com a norma mencionada.

A propósito do tema, o Tribunal de Contas do Estado de Espírito Santo, no Acórdão TC-007/2025-TCE-ES, assim decidiu:

6. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA OU VALOR SIGNIFICATIVO. JUSTIFICATIVA. PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO. A exigência de atestados de qualificação técnica em licitações deve ser acompanhada de justificativa objetiva, que demonstre a relevância técnica ou o valor significativo das parcelas do objeto licitado, conforme § 1º do art. 67 da Lei 14.133/2021.

Logo, entende-se pela necessidade de indicar as parcelas de maior relevância ou valor significativo objetos da licitação.

n) Critérios de sustentabilidade ambiental e licenciamento ambiental: Com efeito, o art. 45 da Lei 14.133/21 prevê que as contratações devem observar normas relativas à disposição ambientalmente adequada de resíduos sólidos e à



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

mitigação por condicionantes e compensação ambiental. Também deve haver o cuidado com a utilização de produtos, equipamentos e serviços que favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais.

Consoante art. 7º, inciso XI, da Lei n.º 12.305/2010, nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis. Portanto, deve-se verificar se as normas ambientais foram respeitadas nos documentos apresentados pelo licitante.

Em relação à mitigação dos impactos e compensação ambiental, cabe ressaltar que as regras serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental, que representa relevante etapa de qualquer projeto que possa causar impacto ambiental.

Na espécie, o item 22, do Estudo Técnico Preliminar consignou os materiais adquiridos quando tiverem seu ciclo de vida útil finalizado, serão descartados corretamente e de modo sustentável pelo setor competente. O Termo de Referência também se dedicou ao tópico de sustentabilidade, conforme consta no item 6.1.

k) Participação de Consórcios e Cooperativas: De acordo com o artigo 15 e 16 da Lei 14.133/2021, caso não haja vedação justificada no âmbito do processo licitatório, será permitida a participação de consórcios, desde que observados os requisitos legais. Entrementes, a área afastou a possibilidade de participação de consórcios, pois se trata de licitação exclusiva para empresas que se enquadrem como microempresa ou empresa de pequeno porte (item 3.9.14).

n) Regras de Publicidade: São obrigatórias a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme dispõe o art. 54 da Lei n.º 14.133/2021. Além disso, reafirma-se a necessidade de publicação do extrato do edital no Diário Oficial do Estado, de acordo com o art. 54, §1º.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Além das adequações recomendadas nas alíneas “l” e “m”, com vistas ao aperfeiçoamento do **Termo de Referência**, sugere-se, ao final, as seguintes adequações no documento:

- No item 12.8, corrigir a menção do número de lotes, para sete;
- Incluir cláusula de reajuste e o indexador correspondente, em observância ao inciso V, do artigo 92, da Lei n. 14.133/2021 e inciso III, do artigo 25, do Decreto n. 11.462/2023;

Edital do Pregão Eletrônico n. 07/2026

A padronização de modelos na fase interna da licitação constitui medida de eficiência e celeridade administrativa que encontra previsão no art. 19, IV, da Lei n.º 14.133/2021.

Tendo em vista a celeridade, a eficiência e a segurança, é essencial que a Administração aponte de forma clara se foram utilizados modelos padronizados, quais modelos foram adotados e se foram feitas as adaptações necessárias. No caso, conforme a Informação 30/2026-DA, foram utilizados modelos padronizados da AGU para os documentos de Habilitação Completa, Ata de Registro de Preço e Contrato (andamento n. 33).

Quanto ao edital, este deve conter alguns requisitos obrigatórios, conforme previsto no art. 25 da Lei n.º 14.133/2021, os quais foram observados no presente caso.

O presente Edital deverá considerar as adequações realizadas pela área técnica, que juntou o Termo de Referência n. atualizado e outros documentos, no andamento n. 11/2025/CMTJMT.

Além disso, orienta-se que:



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Excluir o item 3.6, pois empresas formadas em consórcios não poderão participar desta licitação (item 3.9.14). Poderá a vedação ser remanejada para o item 3.8;
- Excluir os itens 8.15 e 8.16;

Adequações à Minuta da Ata de Registro de Preços

- Na Cláusula Sexta, incluir a previsão específica da legislação do Sistema de Registro de Preços, Decreto n. 11.462/2023, artigo 25
- Incluir cláusula de reajuste e o indexador correspondente, em observância ao inciso III, do artigo 25, do Decreto n. 11.462/2023;
-

III – APROVAÇÃO MINUTA

Inobstante as recomendações de correção dos documentos vinculados ao Edital do Pregão Eletrônico n. 07/2026, e a necessidade de adequar o documento às modificações realizadas no Termo de Referência pela equipe técnica, assim que sanadas, considerar-se-á **aprovada**, porquanto está apta aos fins a que se destina, nos termos do parágrafo quarto, do artigo 53, da Lei n. 14.133/2021.

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Assessoria manifesta-se pelo acolhimento da Minuta do Edital do Pregão Eletrônico n. 07/2026, cuja licitação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento o menor preço, nos termos do artigo 6º., inciso XIII c/c artigo 28, inciso I, da Lei n. 14.133/2021.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Ressalva-se a aprovação da minuta desta licitação precede da observância de todos os apontamentos.

Por fim, em consonância ao disposto no item 5.3 da Instrução Normativa n. 01/2023-C.Adm., não há necessidade de novo pronunciamento desta assessoria, para simples verificação do atendimento das recomendações consignadas, sendo ônus da equipe de contratação pelo seu cumprimento, salvo se a Autoridade Superior entender de modo diverso.

É o parecer que submetemos à consideração superior.

Cuiabá/MT, 11 de fevereiro de 2026.

Assessoria Técnico-Jurídica de Licitação